

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NOS DISCURSOS DA POLÍTICA CURRICULAR DE MATO GROSSO

GT : 10 - ENSINO, CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Trabalho completo

Andréia WEDY SCARTON (Programa de Pós-graduação em Educação/UFR)
andreiawedy@hotmail.com

Resumo

O foco da investigação é analisar como os discursos sobre a coordenação pedagógica são moldados e influenciados pela BNCC na política curricular de Mato Grosso. A questão é como os discursos sobre a coordenação pedagógica estão fixados no contexto da política curricular e da BNCC em Mato Grosso? A pesquisa tem perspectiva pós-estruturalista da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e também com a abordagem discursivas de Lopes, Mendonça, Macedo, e demais estudiosos. A política curricular de Mato Grosso permeada de discursos hegemônicos neoliberais instrumentais, onde grupos sociais diferentes disputam a articulação de políticas, significando suas práticas discursivas.

Palavras-chave: Discurso. Política curricular. Coordenação Pedagógica

1. Introdução

A pesquisa *Coordenação Pedagógica nos discursos da política curricular de Mato Grosso* está em fase inicial de elaboração no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da linha de pesquisa Política, Formação e Prática Educativa, da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Está vinculada ao grupo de pesquisa Políticas de Currículo e Alteridade.

A definição do objeto de estudo da pesquisa a coordenação pedagógica nos discursos da política curricular de Mato Grosso no período de 2019-2024. Considero uma abordagem crítica que reconhece a complexidade dos problemas. Então, “Trata-se, de outro modo, de um engajamento crítico que busca desafiar os limites dessa realidade para viabilizar a mobilização de possibilidades até então negadas”. (LOPES,2018, p.181) É também criar novas possibilidades e alternativas, não apenas compreender e questionar a realidade atual.

Esta pesquisa é orientada por uma problemática: Como os discursos sobre a coordenação pedagógica tem sido abordado no contexto da expansão do controle curricular da política de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em Mato Grosso?

Um movimento a partir do qual é reconhecido como certas questões – que desafiam as tentativas/modelos de totalização da realidade – são constituídas como problemas em cada momento histórico, mas que passa a problematizar esses próprios processos de problematização. (LOPES,2018, p.182)

A problemática surge através de indagações levantadas durante a pesquisa. O que dizem os documentos para a coordenação pedagógica no desempenho de suas atribuições? Como têm sido os discursos sobre a política curricular na condução da coordenação pedagógica e na implementação da BNCC? Como as novas políticas educacionais do estado de Mato Grosso orientam a prática da coordenação pedagógica? Quais oportunidades surgem com as novas diretrizes?

Ao reconhecer o movimento crítico, que além, de identificar e definir certas questões como problemas, mas também questiona e analisa os próprios processos pelos quais esses problemas são constituídos. Essas questões são reconhecidas como problemas em diferentes momentos históricos e não podem ser consideradas como movimentos fixos, imutáveis. Assim, pondero que um problema pode mudar ao longo do tempo, dependendo do contexto histórico, político e social.

O objetivo geral desta pesquisa investigar a coordenação pedagógica nos discursos da política curricular de mato Grosso. Elenco os objetivos específicos propostos para operacionalizar: Identificar os documentos nacionais e de Mato Grosso dispostos sobre a coordenação pedagógica; analisar a política por meio dos discursos (orientações orais e escritas, práticas institucionais) sobre coordenação pedagógica na rede pública estadual de Mato Grosso no período de 2019 a 2024.

A pesquisa tem como foco principal analisar como os discursos sobre a coordenação pedagógica são moldados e influenciados pela implementação da BNCC na política curricular do estado de Mato Grosso. Isso envolve entender como a ampliação do controle curricular impacta as práticas e percepções da coordenação pedagógica, bem como as estratégias adotadas para alinhar o currículo às novas diretrizes estabelecidas pela BNCC.

A pesquisa tem a perspectiva pós-estruturalista da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e também trabalha com a abordagem discursivas de Alice Casimiro Lopes, Daniel Mendonça e Elizabeth Macedo, Stephen Ball entre outros estudiosos. A empiria se constitui de documentos da política curricular, nacionais e do estado de Mato Grosso, artigos científicos sobre a coordenação pedagógica publicados na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Google Acadêmico, dissertações e teses publicados na UFR, UFMT e UNEMAT (2018-2024)



A discussão será distribuída em seções, a introdução que constitui a primeira seção. A segunda seção o percurso teórico metodológico, O Discurso e a Teoria do discurso na pesquisa em educação na Política de Mato Grosso. Na terceira seção o enfoque das políticas curriculares e a hegemonia. A seguir análises de resultados e as considerações finais.

Os resultados e as considerações finais ainda não estão concluídos, pois a pesquisa não foi concluída. Com base nas pesquisas até o momento considero as estratégias metodológicas da Teoria do Discurso um campo de possibilidades, alternativas e mudanças.

2. Teoria do Discurso e a Política - Perspectivas na Educação

2.1 O discurso

Na concepção de Ernesto Laclau discurso vai além de elementos como a fala e a escrita. O discurso é permeado por gestos, símbolos, um sistema que estabelece relações com os outros e com os objetos, essa totalidade é o discurso. Um objeto só ganha significado ao se relacionar com outros objetos dentro de um sistema de relações estabelecido, e não apenas pela sua existência material, o que também pode ser questionado. A interpretação de todo o espaço social como discursivo e por isso significativo. (LACLAU, MOUFEE, 2015)

De acordo com Mendonça (2009, p.155), o “Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal”. O discurso é permeado por relações sociais, políticas, culturais. “Discurso é prática – daí a idéia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas”. O discurso ajusta e é ajustado pelas práticas sociais, e essas práticas são sempre significativas porque refletem e constroem a realidade social.

O discurso entendido como uma prática social, onde os sentidos são construídos, negociados em um campo de disputas entre grupos dominantes. “Discurso não é uma simples soma de palavras, mas uma conseqüência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social”. (MENDONÇA, 2009, p.157) A ideia de uma prática articulatória sugere que esses elementos adquirem significado específico dentro de um contexto discursivo particular, ao organizar e dar coerência no ponto central do discurso.

Os elementos de um discurso são formados e ganham significado dentro de contextos específicos e através de relações com outros elementos. Eles não existem de forma isolada ou

pré-determinada, mas são continuamente moldados e redefinidos pela prática discursiva “Um discurso, constituinte de uma hegemonia, é efeito de uma prática articulatória”. Assim, a hegemonia é construída através de articulações discursivas que estabelecem significados e relações de poder. (LOPES, 2015a, p.140)

2.2 Teoria do discurso

Entre as dificuldades em realizar pesquisa em educação, com a teoria do discurso pós estruturalista, “[...]está associada ao fato de que a articulação coerente dessa abordagem implica, necessariamente, na realização de uma (auto)crítica sobre a própria concepção epistemológica de empiria dominante nas ciências modernas”. (Oliveira; Oliveira; Mesquita, 2013, p.1329) A formação de boa parte dos educadores no Brasil é baseada em discursos hegemônicos, imbricados por ideologias dominantes, desta forma, a influência na formação acadêmica reflete o posicionamento do profissional.

A negação da crença positivista de que a aplicação rigorosa de uma metodologia pré-determinada e universal poderia assegurar a neutralidade do conhecimento científico resultou em duas consequências significativas nas pesquisas pós-estruturalistas e teoria do discurso.

O primeiro efeito, que pode ser considerado positivo, é que tais estudos sempre buscaram construir sua abordagem ou metodologia a partir das características e da realidade contextual do problema a ser defrontado, e não vice-versa. O segundo efeito, entretanto, é a relativa escassez de reflexões metodológicas explícitas e sistemáticas nesses estudos, mesmo considerando que muitos dos autores considerados pós-estruturalistas tenham se dedicado diretamente à análise de problemas empíricos¹. (Oliveira; Oliveira; Mesquita, 2013.p.1331)

A perspectiva pós-estruturalista da Teoria do Discurso rejeita a ideia de acesso direto e objetivo à realidade. Defende que tanto o conhecimento quanto a própria realidade são construções discursivas, moldadas pelos contextos simbólicos e políticos da linguagem. Mediadas por práticas discursivas e influências culturais e políticas.

2.3 Política

Neste trabalho destaco a natureza multifacetada da política, que não se limita apenas a textos e objetos tangíveis. A política como textos e coisas. Também envolve processos discursivos complexos mediados por instituições, refletindo a interconexão entre linguagem, poder e prática social. Entender como os discursos políticos são formados e como eles influenciam e são influenciados pelas estruturas sociais e institucionais. (BALL, 2016)



A política, vista como um acontecimento, sugere que ela é dinâmica e contingente, não podendo ser completamente definida ou prevista de antemão. Isso implica uma ética que é igualmente flexível e adaptável, exigindo comprometimento e responsabilidade contínuos, sem depender de definições ou metas fixas.

A política, envolve decisões que moldam a sociedade e nossas vidas individuais. “Decisões políticas são decorrentes de articulações e produzem discursos estabilizados, identidades e subjetividades”. Essas decisões são fruto de articulações políticas e produzem discursos que moldam os indivíduos e como se relacionam. “Permanece, contudo, a indecidibilidade”. (LOPES, 2015a, p.140) Há sempre uma margem de incerteza e contestação que não pode ser completamente eliminada. Os discursos nunca são totalmente fixos e estão sempre sujeitos a tradução, deslocamentos e reinterpretações.

3. Os sentidos da política curricular

As questões sociais e políticas envolvidas na educação, pós ditadura civil-militar no Brasil, tinha uma preocupação com abordagens técnicas (conteúdos, conhecimentos e métodos). A teoria curricular focava principalmente na construção social do conhecimento. As perspectivas técnicas continuavam a ter uma forte influência nas políticas educacionais. Isso criou uma tensão entre a abordagem crítica, que buscava questionar e transformar as estruturas sociais através da educação, e a abordagem técnica, que se concentrava em métodos e eficiência. (MACEDO, 2012)

No Brasil no período da redemocratização, final da década de 1970 a 1980, os movimentos sociais se unem em defesa da democracia contra o autoritarismo político em transição. Neste período, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal. (CF, 1988) Os textos voltados para uma política de currículo demonstram um caráter centralizador e a criação de um currículo universal. E a partir de então os documentos oficiais², (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular, Parâmetros Curriculares Nacionais, Conselho Nacional de Educação,³) começam a ter um espaço nos discursos políticos. Com as alterações em Leis a nível estadual⁴, passa-se a elaborar suas próprias políticas curriculares seguindo o modelo nacional. Os documentos da educação de Mato Grosso são distribuídos em Leis, Decretos, Portarias, Normativas, Orientações Curriculares, Cadernos Pedagógicos, e Documento Referencia Curricular.

Coaduno com Macedo (2012, p.1336), “Tenho entendido as políticas curriculares como discursos hegemônicos, mais ou menos efetivos em sua tarefa de suturar a estrutura deslocada,

ou seja, de fixar sentidos para educação [e currículo]”. Com base na investigação dos documentos citados acima, a preocupação em resolver os problemas da educação (ensino e aprendizagem). Analiso o que dizem os textos sobre a condução das atividades da Coordenação Pedagógica. Há um direcionamento quanto as funções da coordenação pedagógica, como se o trabalho fosse o mesmo em todas as escolas.

Nessa discussão, “Currículo é um texto. Seja escrito, falado, velado, o currículo é um texto que tenta direcionar o “leitor”, mas que o faz apenas parcialmente.” (Lopes; Macedo, 2011, p.33) o Currículo compreendido além de documentos tenta guiar o leitor, mas não consegue em absoluto [...] “e como tal não tem uma significação fechada e definitiva no âmbito da teoria curricular”. É dinâmico e aberto a interpretações e reinterpretações. “Ao ser lido, expressa seu poder de produzir certas identificações e subjetividades, mas simultaneamente tem esse poder contestado, sendo submetido à tradução”. (LOPES, 2018, p. 145) O currículo passa por um processo de tradução, significa que é um texto sujeito a múltiplas interpretações e adaptações conforme o contexto em que é aplicado.

Os sentidos das políticas curriculares são sempre em uma perspectiva discursiva de uma qualidade na educação. Não é possível um fechamento do currículo, é um significante vazio. Conforme aponta Laclau, “Um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado. Essa definição é também a enunciação de um problema”. LACLAU, 2011, p.65) Não é que o significante vazio não tenha significado, mas devido ao seu caráter polissêmico não consegue produzir significados específicos.

3.1 Hegemonia

Na atual política do estado de Mato Grosso há um discurso hegemônico nas políticas curriculares que tentam estabilizar práticas neoliberais, com intenção de estabilizar os discursos de qualidade na educação.

Nesse sentido, a noção de hegemonia tanto serve para indicar o caráter precário e contestado de toda realidade – enquanto campo discursivo de disputas hegemônicas – quanto serve para reconhecer os processos de sutura ou estabilização parcial e contingente da realidade, em determinados contextos, quando uma formação discursiva consegue articular a maioria dos elementos em um campo e estabelecer-se como discurso dominante, horizonte ou regime hegemônico nesse campo. (OLIVEIRA,2018, p.173)

As políticas curriculares tem sido um espaço de disputa de diferentes forças que tentam estabelecer sua visão como dominante. Esse processo é dinâmico e contestado, mas em certos contextos, uma formação discursiva pode conseguir articular a maioria dos elementos e se tornar hegemônica, estabilizando temporariamente a realidade.

Nesse enfoque, os documentos curriculares nacionais e estaduais mostram uma plenitude impossível, ao tratar as escolas, indivíduos e problemas como iguais, implementando políticas totalizantes e autoritárias. “Uma classe ou grupo é considerado hegemônico quando não se fecha numa estreita perspectiva corporativista, mas se apresenta para a mais ampla massa da população como o realizador de objetivos mais extensos, como a emancipação ou a restauração da ordem social”. (LACLAU,2011, p.75) Nessa articulação das políticas os interesses são interpretados e ou traduzidos como benéficos em *prol* de uma qualidade na educação.

4. Análises de resultados

As discussões postas aqui considero a teoria do discurso e o pós estruturalismo contrapõem a ideia de identidades pré-fixadas e de totalidade. “A meu ver, essa é a importância do trabalho teórico. Tentar apresentar outra forma de compreender para além do que já se encontra estabilizado” (LOPES,2015, p.450). As abordagens teóricas nos fazem pensar e repensar como e por que são criadas propostas curriculares universais. Ao questionar a ideia de universalização curricular concordo com Lopes,

É como estar sempre se perguntando: mas não poderia ser de outro modo? O que está possibilitando e sustentando a significação com a qual operamos e que nos subjetiva (nos faz ser ou ser identificado como sendo) de uma determinada maneira? Por que pensar desse modo que é apresentado como única possibilidade, como caminho universalizado e naturalizado, sem que sejam discutidas as condições contextuais que possibilitaram tal proposta? (LOPES,2015, p.450)

Ainda que, as propostas curriculares apresentadas pelos órgãos formais da educação têm como premissa resolver de uma vez por todas a crise da educação. O discurso de um currículo universal atenderia igualmente todas as necessidades das escolas públicas brasileiras? A discussão fica clara neste trabalho que nunca vai ser possível dar conta da totalidade, pois sempre surgirão novos e diferentes desafios.

Segundo Ball (2020, p.189), [...] “a educação como uma área de negócio é afetada por decisões estratégicas com o objetivo de aprimorar a vantagem competitiva, criar novas fontes de valor e melhorar o crescimento das receitas”. No estado de Mato Grosso, a política atual tem colocado tecnologias, material estruturado, formação continuada de professores, com padronização e monitoramento assíduo.

De acordo com Ball, “De fato, a performatividade é a forma por excelência de governabilidade neoliberal, que abrange a subjetividade, as práticas institucionais, a economia,



e o governo”. (BALL, 2020, p.189) Assim, a educação se torna um espaço de competitividade, eficiência e responsabilidade individual⁵. Nesse sentido a coordenação pedagógica da escola se torna um instrumento, de monitorar se as metas estão sendo cumpridas e acompanhar os resultados para uma melhoria na educação.

Para Lopes (2015, p.451), “não é uma questão de deve ou não deve, pode ou não pode”. A condução das atividades da coordenação pedagógica está resumida ao acompanhamento e monitoramento de sistemas, se estão sendo cumpridos ou não. Essa discussão precisa ser retomada no espaço da escola e pensar em criar outras possibilidades que expresse os problemas da instituição e sentidos na função da coordenação pedagógica.

Considerações finais inconclusas

As discussões apresentadas nesse trabalho ainda em fase inicial de pesquisa, defendo que a Teoria do Discurso permite uma maior flexibilidade e abertura para a diversidade de vozes e perspectivas, promovendo um espaço onde diferentes discursos podem coexistir e ser negociados.

Ainda, “por se supor que o caos, uma crise anunciada na educação e a impossibilidade de uma formação plena sejam causados pela ausência de (um tal) conhecimento”, ao assegurar que todos aprendam os conhecimentos essenciais, se alcançará a equidade social, “a política curricular é fundada como promessa de garantia do conhecimento a todos”. (CUNHA, 2018, p.254) A contingência de promessa de uma política curricular única que possa assegurar o conhecimento básico a todos na promoção de equidade e justiça social.

Considero que as políticas curriculares ao chegarem na escola passam por tradução e interpretação. Assim, os discursos dominantes e as políticas não podem ser implementados mecanicamente nas escolas. Os professores, coordenadores, diretores, estudantes são quem traduzem, interpretam e reinterpretem as políticas, adaptando-as ao cotidiano escolar.

Enfim, nenhuma política, por mais bem intencionada, elaborada, que seja, pode dar conta da totalidade, atender todas as demandas. “A impossibilidade de universalização de qualquer pretensão da política é sustentada pelo fato de que não há nada que, uma vez instituído, seja capaz de realizar-se em plenitude e de fazer o desejo recuar”. (CUNHA, 2018, p.250) Nesse sentido, a política curricular ao ser discutida na escola com os diferentes atores, reconhecendo a diversidade e as vozes silenciadas, criam possibilidades de se construir diferentes políticas, sabendo que não serão perfeitas e duradouras.



5. Referências

BALL, Stephen J. MAGUIRE, M. BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: 23.Ed. UEPG,2016

BALL, Stephen J. Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal/ Stephen J. Ball; tradução de Janete Bridon – Ponta Grossa: 23.ED.UEPG,2020

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

LACLAU, Ernesto. Emancipação e diferença. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. Pós marxismo sem pedido de desculpas. In: LOPES, C. Alice, MENDONÇA, Daniel. (orgs) *A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo. Annablume, 2015a. P.35-72.

LOPES, C. Alice. Políticas de Currículo em um Enfoque Discursivo: Notas de Pesquisa. In: _____, OLIVEIRA .A. A. R. M. de, OLIVEIRA G. G.S. de. *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Ed. UFPE,2018. Cap.4 (P.129-163)

CUNHA, da Rodrigues Virgílio Érika. Relação faltosa com o conhecimento: interpelações à política curricular de ciclos. LOPES, C. Alice, MENDONÇA, Daniel. (orgs) *In: A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Ed. UFPE,2018. Cap.7 (p.245-274)

LOPES. Casimiro Alice. Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.21, n.45, p. 445-466, mai./ago. 2015b. Data de acesso:13/07/2024

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP

MACEDO, Elizabeth. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. *Cadernos de Pesquisa*.v.42 n.147, p.716-737, set/dez 2012.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169. Acesso em: set/2024

OLIVEIRA, de Sousa Gilson Gustavo. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a teoria política do discurso e análise do discurso em educação In: LOPES.A. C, OLIVEIRA .A. A. R. M. de, OLIVEIRA G. G.S. de. *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife : Ed. UFPE,2018. Cap.5 (p.165-211)

OLIVEIRA. Gustavo Gilson. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/edurealidade>> Data de acesso 11/07/2023

SALLES, Ronaldo. Hegemonia e pesquisa social: implicações teórico-metodológicas da Teoria Política do Discurso. In: LOPES.A. C., OLIVEIRA. A. A. R. M. de, OLIVEIRA G. G.S.

de. A teoria do discurso na pesquisa em educação. Recife: Ed. UFPE,2018. Cap.3 (P.102-128)

Anexos

Notas

¹ Podem ser destacadas as análises de Foucault sobre a sexualidade, as instituições penais e as tecnologias de governo como a medicina e a psiquiatria; os estudos de Lacan sobre os distúrbios psíquicos, a família ou a arte; as análises de Deleuze e Guattari sobre o capitalismo e as instituições psiquiátricas; os trabalhos de Derrida sobre religião, tecnologia e políticas de identidade; entre outros.

² Sobre os documentos oficiais ver a pesquisa de Elizabeth Macedo: Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação.

³ BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. LEI Nº 010172 , DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 13.005/2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica Ministério da Educação. Brasília. 2013. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF:MEC, 2018.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. O Conselho Nacional de Educação. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

⁴ <https://www3.seduc.mt.gov.br/legislacao> . Acesso em set/2024

⁵ MATO GROSSO(Estado) LC. nº756,14/02/2023. A Lei Complementar nº 756, de 14 de fevereiro de 2023, do Estado de Mato Grosso, trata da Gratificação Anual por Eficiência e Resultado (GR) para os servidores públicos civis e militares.